

Xarope milagroso

Wilson Figueiredo

De acordo com os economistas, a hiperinflação é fenômeno político que não lhes diz respeito. Não passa de inflação enfática. Nada tem a ver com a economia, dirá um deles na emergência, lavando as mãos como médico depois de examinar o paciente terminal.

O Brasil não escapará, portanto, de uma das duas: se passar pela hiperinflação, cairá na supersucessão. A recíproca não parece provável. Hiperinflação pela esquerda e supersucessão pela direita, dependendo do ponto de vista de quem fala.

Dirá por sua vez o cientista político, em retribuição, que a supersucessão se passa na esfera econômica. Nada tendo a ver com a política, a supersucessão fica desde logo aos cuidados do eleitor, que tanto frequenta as urnas quanto os supermercados.

Pelas aparências, a supersucessão vem a ser uma eleição presidencial associada a uma inflação superior à capacidade geral de arcar com as duas ao mesmo tempo. O brasileiro merecia o direito de poder optar por uma, tendo em vista que o último presidente foi eleito em 1960. A ser procedente o otimismo oficial, o pacto afastou em novembro e dezembro a hiperinflação que rondava os salários. E janeiro? Dois meses a mais ou dois a menos não fazem grande diferença para um pessimista que terá pela frente até a eleição presidencial — que vai precisar de votos — onze meses na dependência da boa vontade dos signatários.

Vai a sucessão caminhando mesmo sem pacto. Sequer custa mais caro o seguro contra derrota eleitoral. Entende-se por seguro eleitoral a contribuição que empresários costumam fazer aos candidatos, com generosidade e discrição democráticas. A generosidade varia com o candidato e a discrição evita a bisbilhotice do Imposto de Renda.

O cidadão gostaria de aprender preventivamente quando começa uma hiperinflação, mas a literatura a respeito é escassa. Não adianta perguntar a economistas, que preferem discorrer sobre política desde que Karl Marx misturou as coisas. Nunca mais a política foi a mesma e a economia é outra. Qualquer economista se sente em condições de dissertar com a maior naturalidade a respeito da sucessão que tenha ao fundo a inflação, mas não se arrisca a abordar a inflação que se mostre na moldura de uma eleição.

Sempre que a hiperinflação entra numa conversa, o exemplo alemão de 1923 é brandido. Mas é força de expressão, porque o Brasil nem chega perto. Não ameaçamos o recorde alemão nem que a vaca tussa. Para evitar o acesso de tosse, o presidente Sarney mandou o Ronaldo Costa Couto à Fiesp apanhar o xarope preparado pela fórmula do acordo de preços. É melhor cuidar da sucessão com naturalidade, sem assustar as crianças.

Quando Hitler chegou ao poder em janeiro de 1933, já se falava antes na possibilidade de golpe de estado. Nesse ponto, a nossa República vai melhor do que nunca. Fala-se apenas de sucessão e evita-se tocar na hiperinflação. A República de Weimar temia uma greve geral vinda pela esquerda, a nossa tira de letra greves parciais. A única semelhança é a nosso favor. Naqueles tempos na Alemanha, "quem não estivesse satisfeito", conta William Shirer na *Ascensão e Queda do Terceiro Reich*, "se considerava na obrigação de fundar um partido".

Disso estamos desobrigados. Partidos não faltam, com exceção de um de direita assumida. Passa-se sem ele, mas a oportunidade será por certo aproveitada. Havendo eleição, providencia-se. Se não for um partido, uma candidatura.

O *Centrão* não apareceu no momento crítico? Desapareceu sem alarde quando se tornou desnecessário. Mas é bom ficar de olho, e não só pelo lado direito. É mais provável que se apresente pela esquerda para fazer uma ponta, se o centro se reduzir ao mínimo.

A hiperinflação, por enquanto, vem respeitando o pacto que os alemães não se lembraram de promover. Em abril de 1921, comprava-se na Alemanha um dólar por 4 marcos. No começo do verão eram necessários 75. Em 1922, o câmbio mudava a marcha, e 400 marcos davam apenas para um dólar. Fica por aí qualquer semelhança com a nossa arremetida inflacionária. Em janeiro de 23, o dólar subia para 18 mil marcos, em julho, já estava em 160 mil, a 1º de agosto, alcançava um milhão e, em novembro, estourava em trilhões. Precisa mais?

Shirer observa que dez anos depois "a redação da constituição de Weimar era doce e eloquente aos ouvidos de qualquer espírito democrático". Todos os alemães se sentiam iguais perante a lei, a liberdade pessoal era inviolável, e por aí afora. (Qualquer semelhança não passa de coincidência.) Para arrematar, lembra que "o Exército, até os últimos dias da breve república, não arriscava a sua sorte em nenhum movimento político". Limitava sua influência à política financeira e à política externa, as duas faces da dívida de guerra. Na maré nacionalista e antidemocrática, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães fez maioria do Reichstag em janeiro de 1933. Hitler se tornou chanceler.

As diferenças são a nosso favor. Temos uma inflação que não é de arrancar os cabelos. A sucessão não corre perigo com os números da economia, nem com a projeção deles para 1989. Há oferta suficiente de candidatos até a campanha chegar às ruas, todos, por sinal, com a média das qualidades e dos defeitos que abastecem o mercado interno. Trata-se, afinal, de escolher pelo voto direto um presidente para o Brasil. Representatividade e legitimidade são suficientes para recomendar.

Eleitores também não faltam. Já somos mais de 70 milhões em ação. O grande esporte cívico é a eleição. Se for possível resolver tudo com a sucessão, torna-se inevitável o raciocínio de que, fora da sucessão, tudo vira risco.

Candidatos não precisaram reunir-se com eleitores num pacto para garantir a sucessão. Sarney pode não ter feito muito pela sucessão e contra a inflação. Cruzou os braços à espera do pacto, designou o seu representante e se manteve de costas para o problema da sucessão. Melhor não vê-la.

Desde que nada mais tem a perder, Sarney empreitou a causa da desestatização, que reúne democratas sinceros, mas não pode evitar a adesão dos não-democratas igualmente sinceros. A privatização é bandeira para mastro de governo. Nenhum candidato até agora se declarou pela desestatização sequer do lixo. Ainda não é bom negócio eleitoral falar mal do Estado.

O melhor para conseguir votos numa campanha eleitoral é proposta de desratização geral.

Há quem atribua a difícil situação brasileira à dívida externa. Para outros, o Brasil ficou assim por culpa da dívida interna. Só falta alguém para achar que o pior déficit é o da balança gramatical, desequilibrada pela importação de palavras estrangeiras em prejuízo do similar nacional.

Não pode ir bem, realmente, a economia numa república que tabelou os juros na Constituição, mas, em vez de cobrá-los em bom português, passou a praticá-los com inconfundível sotaque inglês. Na prática, juros se cobram.

